



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

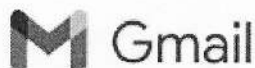


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

PROCESSO CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021

OBJETO: contratação de empresa especializada na área da saúde médica (hospital, clínica geral) com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico.

**EMPRESA: HOSPITAL SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS.**



Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras <pmsjpalmeiras@gmail.com>

INTERDIÇÃO CAUTELAR HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

1 mensagem

SECAO DE VIGILANCIA SANITARIA AMBIENTAL E SAUDE DO TRABALHADOR DA 20 RS -

11 de março de

TOLEDO <scvsat20rs@sesa.pr.gov.br>

2022 15:14

Para: pmsjpalmeiras@gmail.com

Boa tarde Claudinei,

Referente a sua solicitação de documentação referente a interdição cautelar do Hospital São José das Palmeiras, me informei com o setor responsável pelos contratos e não é necessário o envio de tal documentação pela Vigilância Sanitária.

Informo que o hospital encontra-se interditado cautelarmente, mas que assim que as irregularidades forem sanadas nova inspeção sanitária poderá ser realizada e o estabelecimento poderá ser desinterditado. A interdição cautelar deverá permanecer enquanto perdurarem as irregularidades, cabendo aos responsáveis pela administração do hospital em questão manifestarem interesse nas adequações para desinterdição.

Portanto, se não há a intenção dos responsáveis em se adequar e de encerrar as atividades, eles é quem devem fazer esse comunicado.

O SCRACA (Seção de Regulação, Controle e Avaliação e Auditoria) da Regional poderá auxiliá-los nessa questão: (45) 3379 6923

Atenciosamente,

Ana Laís Castro

**SCVSAT/20ª Regional de Saúde de Toledo**Setor de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador
45 3330.6940

scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Rua Rui Barbosa, 1858 - Centro

Toledo /PR | CEP 85900-040



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

CNPJ: 77.819.605/0001-33



Ofício n.º 035.2022

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.

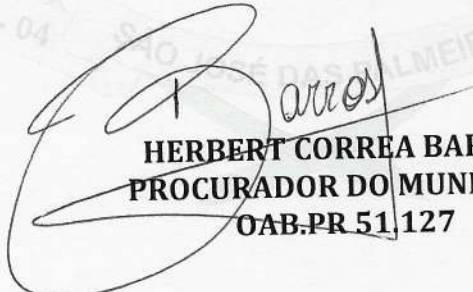
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 979, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 77.819.605.0001-33 – Centro, São José das Palmeiras.PR, neste ato representado por seu Procurador Municipal, abaixo subscrito, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer cópia do procedimento administrativo que ocasionou a Interdição Cautelar do Hospital São José das Palmeiras nesta municipalidade.

Destacamos que o referido hospital presta serviços ao município, através do PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021, ou seja, atende os munícipes de São José das Palmeiras.

Ressaltamos que o princípio da transparência pública rege todos os documentos e procedimentos administrativos, assim, a cópia de tal procedimento é necessário para identificar todo o período de manutenção de irregularidades pelo referido hospital.

Com votos de estima e consideração.

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.


HERBERT CORREA BARROS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB.PR 51.127



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.

Cirurgias - Partos - Clínica Geral e Pediatria.
CNPJ 77.105.021/0001-04



São José das Palmeiras, 11 de Março de 2022

Para: HERBERT CORREA BARROS

Procurador do Município

Com nossos cordiais cumprimentos, venho através do presente, prestar esclarecimentos sobre a notificação recebida no dia 11 de Março de 2022, referente ao fechamento do Hospital São José das Palmeiras, e informar as medidas que serão adotadas em relação ao Roteiro de inspeção da Vigilância Sanitária.

Sendo como Itens Imprescindíveis: Condições Gerais, Estrutura Física e Funcional, Saúde Ocupacional, Segurança do Paciente, Controle de Infecção Hospitalar, Central de Materiais Esterilizado, Centro Cirúrgico, Unidade de Centro Obstétrico, Pronto Atendimento, Materiais de Urgência e emergência, Nutrição -Lactário e Farmácia.

Assim, temos um prazo de 20 dias para nos readequarmos, os quais já estamos providenciando com a máxima urgência, para tentarmos reabrir no prazo indicado.

Atenciosamente,

Assinatura Responsável Legal

Edna Aparecida Rigo
Enfermeira
CREN-PR 488627

Edna Aparecida Rigo

Enfermeira Responsável

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná
Protocolo Nº 285/2022
Data 14/03/2022
Fone: (45) 3259-1122 - Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147
85898-000 - São José das Palmeiras - Paraná

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná
Protocolo Nº _____
Data _____



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Ofício n.º 035.2022

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.

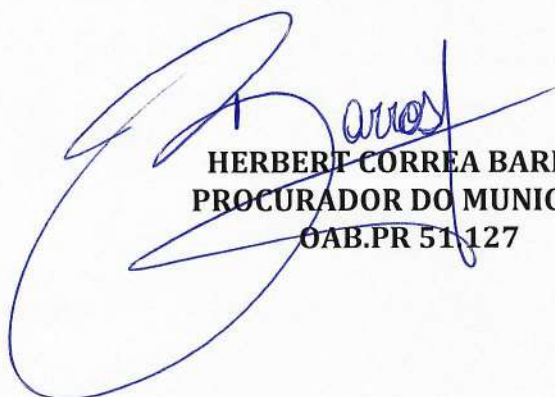
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 979, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 77.819.605.0001-33 – Centro, São José das Palmeiras.PR, neste ato representado por seu Procurador Municipal, abaixo subscrito, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer cópia do procedimento administrativo que ocasionou a Interdição Cautelar do Hospital São José das Palmeiras nesta municipalidade.

Destacamos que o referido hospital presta serviços ao município, através do PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021, ou seja, atende os municípios de São José das Palmeiras.

Ressaltamos que o princípio da transparência pública rege todos os documentos e procedimentos administrativos, assim, a cópia de tal procedimento é necessário para identificar todo o período de manutenção de irregularidades pelo referido hospital.

Com votos de estima e consideração.

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.


HERBERT CORREA BARROS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB.PR 51.127



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33



NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021

ASSUNTO: Pedido de Abertura de Procedimento Administrativo de Rescisão Contratual Unilateral

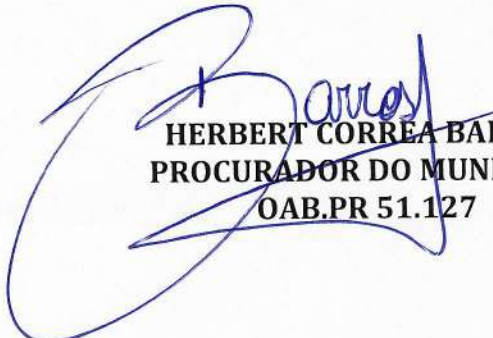
NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, n.º 979, inscrito no CNPJ.MF sob n.º 77.819.605.0001-33 – Centro, São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu Procurador Municipal, abaixo subscrito.

NOTIFICADA:HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 77.105.021/0001-04, estabelecido na Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 - centro – São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. MIGUEL JÚRI RESTON JUNIOR, brasileiro, casado, médico, portador da RG n.º 8026711898 SSP/RS e CPF n.º 524.864.430-53, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1530– centro – São José das Palmeiras-PR.

OBJETO:Fica a NOTIFICADA advertida acerca da abertura de procedimento administrativo de rescisão contratual unilateral, em virtude da interdição cautelar realizada pela Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde, conforme cópia de Nota de Esclarecimento anexa.

Assim, no prazo de 5 (cinco) dias, a NOTIFICADA poderá apresentar defesa administrativa.

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.


HERBERT CORREIA BARROS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB.PR 51.127



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



NOTIFICAÇÃO


NOTIFICANTE: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marechal Castelo Branco nº 979, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.819.605/0001-33 – centro – São José das Palmeiras-PR, neste ato representado por seu Procurador Municipal, Herbert Correa Barros, inscrito na OAB/PR 51.127.

NOTIFICADA: **HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.105.021/0001-04, estabelecido na Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147, -centro - São José das Palmeiras.

Por meio da presente notificação, a notificante vem pedir a notificada para que apresente no prazo de 24 horas manifestação e esclarecimentos acerca do fechamento do Hospital São José das Palmeiras por parte da vigilância sanitária, bem como as medidas administrativas que estão sendo tomadas para reabertura, e, o prazo para as adequações. Fica desde já ciente a NOTIFICADA que o não cumprimento à presente solicitação estará sujeito a pena de abertura de procedimento administrativo, rescisão contratual, aplicação de multa e demais sanções aplicáveis, inclusive medidas judiciais e extrajudiciais.

São José das Palmeiras – PR. 11 de março de 2022.


HERBERT CORREA BARROS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB/PR 51.127

A 
HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA
CNPJ: 77.105.021/0001-04

HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147, -centro - São José das Palmeiras.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021

ASSUNTO: Pedido de Abertura de Procedimento Administrativo de Rescisão Contratual Unilateral

Diante dos fatos e fundamentos trazidos pela procuradoria municipal, a Comissão Permanente de Licitação, se manifesta favoravelmente, pela abertura de procedimento administrativo de rescisão unilateral de contrato.

Proceda-se:

- a) A abertura de procedimento administrativo de rescisão contratual unilateral;
- b) A notificação da empresa contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente defesa, em homenagem ao princípio do contraditório;
- c) A expedição de ofício a 20ª Regional de Saúde, no sentido de que esta forneça cópia completa do processo administrativo que visa apurar as responsabilidades técnicas do hospital;


JHONNI RICARDO DE CASTRO
PRESIDENTE


CESAR AUGUSTO MATTER
MEMBRO


LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
MEMBRO



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 11 de março de 2022.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021

ASSUNTO: Pedido de Abertura de Procedimento Administrativo de Rescisão Contratual Unilateral

Trata-se de procedimento administrativo URGENTE para rescisão contratual unilateral da licitação supra citada firmada com a empresa **HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.105.021/0001-04, estabelecido na Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 - centro - São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. MIGUEL JÚRI RESTON JUNIOR, brasileiro, casado, médico, portador da RG nº 8026711898 SSP/RS e CPF nº 524.864.430-53, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1530 - centro - São José das Palmeiras-PR, cujo objeto é:

Contratação de empresa especializada na área da saúde médica (hospital, clínica geral) com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico, dentro do objeto mencionado, podendo ser feito o Credenciamento por um período de 06 (seis) meses.

a) Prestação de serviços médicos com fornecimento da estrutura hospitalar, incluindo medicamento para estabilização de pacientes a serem encaminhados ao serviço de referência ou internamento no próprio estabelecimento de segunda a sexta, das 19:00 às 07:00 horas, conforme a necessidade da municipalidade, inclusive em eventuais ausência do profissional médico no centro de saúde.

Também deve ser prestados no mínimo os seguintes procedimentos: 1) Consulta de plantão; 2) Lavagem de ouvido; 3) Drenagem; 4) Sutura; 5) Retirada de corpos estranhos; 6) Ginecologia; 7) Cauterização;

b) Prestação de serviços médicos com fornecimento da estrutura hospitalar, incluindo medicamento para estabilização de pacientes a serem encaminhados ao serviço de referência ou internamento no próprio estabelecimento nos sábados, domingos, feriados, ponto facultativos, 24 (vinte e quatro) horas, conforme a necessidade da municipalidade.

Também deve ser prestados no mínimo os seguintes procedimentos: 1) Consulta de plantão; 2) Lavagem de ouvido; 3) Drenagem; 4) Sutura; 5) Retirada de corpos estranhos; 6) Ginecologia; 7) Cauterização;

c) Lavagem de ouvido, de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos nas linhas a e b;

d) Drenagem, de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos nas linhas a e b;

e) Sutura, de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos nas linhas a e b;



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



- f) Retirada de corpos estranhos, , de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos nas linhas a e b;
- g) Cauterização, , de segundas a sextas-feiras nos horários não abrangidos nas linhas a e b;

Pois bem.

Tornou-se de conhecimento notório, inclusive com a publicação na imprensa local, a interdição cautelar realizada no Hospital supramencionado pelo Setor de Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde.

Em nota de esclarecimento, a qual encontra-se anexa, no hospital de São José das Palmeiras, interditado no dia 10 de março de 2022, constatou-se as seguintes irregularidades:

- Não possui licença sanitária;
- Ausência de boas condições de limpeza e higiene;
 - Presença de pragas (aranha, lagartixa e ninho de marimbondo) dentro do ambiente hospitalar, inclusive em áreas extremamente críticas como no centro cirúrgico;
 - Baixos índices de práticas que garantam a segurança do paciente;
 - Baixos índices de práticas que garantam o controle de infecção hospitalar;
 - Falta de materiais e equipamentos de emergência classificados como itens imprescindíveis conforme legislação vigente;
 - Presença de produtos para a saúde, medicamento, desinfetantes e alimentos com o prazo de validade vencido;
 - Ausência de treinamento dos funcionários quanto às boas práticas;
 - Ausência de práticas que garantam a saúde e segurança dos trabalhadores.

Neste interim, diante das gravidades das irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária Estadual, considerando que o município mantém contrato licitatório com o mesmo, compreendo que se faz necessário e URGENTE a abertura de procedimento administrativo para rescisão unilateral do contrato, diante da suspensão das atividades do único hospital em operação no município.

Ressalto que o art. 78, I e V da Lei de Licitações prevê as hipóteses de rescisão de contrato, diante do não cumprimento do contrato e da paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação da administração, vejamos:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

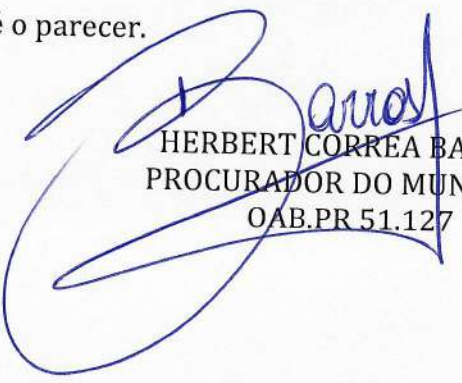
Por outra banda, destaco que a rescisão no presente caso, deve se dar de forma unilateral, já que o município não deu causa a suspensão do serviço, além disso, não há interesse e evidente oportunidade da administração municipal na rescisão bilateral, nos termos do art. 79, I, da Lei de Licitações.

CONCLUSÃO:

Diante dos fatos e documentos anexos, recomenda-se:

- a) A abertura de procedimento administrativo de rescisão contratual unilateral;
- b) A notificação da empresa contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente defesa, em homenagem ao princípio do contraditório;
- c) A expedição de ofício a 20ª Regional de Saúde, no sentido de que esta forneça cópia completa do processo administrativo que visa apurar as responsabilidades técnicas do hospital;

Este é o parecer.


HERBERT CORRÊA BARROS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO
OAB.PR 51.127



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.

CNPJ 77.105.021/0001-04

Cirurgias – Partos – Clínica Geral e Pediatria



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 77.105.021/0001-04, com sede na Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147- centro – São José das Palmeiras – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. MIGUEL JÚRI RESTON JUNIOR, brasileiro, casado, médico, portador da RG nº 8026711898 SSP/RS e CPF nº 524.864.430-53, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1530- centro – São José das Palmeiras-PR, vem na melhor forma de direito apresentar;

Em resposta a notificação extrajudicial realizada pelo MUNICIPIO DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979, centro – São José das Palmeiras, pelas razões a seguir expostas.

O MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS manifestou o interesse na rescisão do contrato de Prestação de Serviços nº 035/2021 - ref. a Inexigibilidade DE Licitação Nº 02/2021 - firmado entre as partes, cujo objeto é contratação de empresa especializada na área da saúde médica (hospital, clínica geral) com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico.

Informa da possibilidade de abertura de procedimento administrativo de rescisão contratual unilateral, em virtude da interdição cautelar realizada pela Vigilância Sanitária da 20ª de Saúde.

Fone: (45) 3259-1122 – Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 –
85898-000 – São José das Palmeiras - Paraná

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná
centro
Protocolo Nº 300/2022
Data 18/03/2022
Funcionário



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.

CNPJ 77.105.021/0001-04
Cirurgias – Partos – Clínica Geral e Pediatria



Sendo assim vimos informar que já iniciamos os procedimentos para regularização das normas sanitárias determinadas pela 20ª de Saúde e que breve teremos condições de voltar aos atendimentos médicos em nossas instalações.

Outrossim requeremos um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para a regularização e reabertura do Hospital São José das Palmeiras, para que possamos continuar como o cumprimento do contrato de prestação de serviços firmado com o Município de São José das Palmeiras.

Ante os argumentos expendidos em linhas transatas, respeitosamente, pedimos que o presente seja recebido e processado sendo que aguardamos serenamente que as razões ora invocadas sejam analisadas.

Termos em que, pede e espera deferimento

São José das Palmeiras, 16 de Março de 2022.

HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.
Miguel Júri Reston Junior – Sócio-Administrador
RG 8026711898 SSP/RS

Dr Miguel Iuri Reston Jr
524.864.430-53
Médico
CRM 13.291

HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA
CNPJ: 77 105.021/0001-04

Fone: (45) 3259-1122 – Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 – centro
85898-000 – São José das Palmeiras - Paraná



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



DESPACHO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

São José das Palmeiras, 24 de março de 2022

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029.2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002.2021

Em que pese o protocolo de defesa pelo hospital contratado, se faz necessário aguardar o retorno do ofício encaminhado para a Regional de Saúde para ulterior deliberação.

ELIANE DOS SANTOS MOREIRA LOURENÇO
PRESIDENTE

CESAR AUGUSTO MATTER
MEMBRO

LEIDISLAINE STEFANI HOFFMANN
MEMBRO

NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Setor de Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde, vem por meio desta nota, esclarecer a população sobre os reais motivos da interdição cautelar realizada nos Hospitais Menino Jesus (Diamante do Oeste) e de São José das Palmeiras.

Os referidos hospitais possuem grande dificuldade em atender a legislação sanitária vigente, sendo a porcentagem de atendimento de itens considerados imprescindíveis conforme Resolução SESA nº 165/2016, extremamente baixos ou zerados, oferecendo risco em potencial relevância à saúde pública no exercício de sua atividade. Importante, ainda, destacar, que muitas das não conformidades já haviam sido apontadas anteriormente, mas nenhuma providência foi tomada para saná-las.

No Hospital São José das Palmeiras, interditado da data de 10 de março de 2022, foram evidenciadas, dentre as diversas irregularidades:

- Não possui licença sanitária;
- Ausência de boas condições de limpeza e higiene;
- Presença de pragas (aranha, lagartixa e ninho de marimbondo) dentro do ambiente hospitalar, inclusive em áreas extremamente críticas como no centro cirúrgico;
- Baixos índices de práticas que garantam a segurança do paciente;
- Baixos índices de práticas que garantam o controle de infecção hospitalar;
- Falta de materiais e equipamentos de emergência classificados como itens imprescindíveis conforme legislação vigente;
- Presença de produtos para a saúde, medicamento, desinfetantes e alimentos com o prazo de validade vencido;
- Ausência de treinamento dos funcionários quanto às boas práticas;
- Ausência de práticas que garantam a saúde e segurança dos trabalhadores.

Informa-se que o estabelecimento encontra-se interditado cautelarmente, mas que assim que as irregularidades forem sanadas nova inspeção sanitária será realizada e o

estabelecimento poderá ser desinterditado, não sendo intenção da Vigilância Sanitária fechar o hospital permanentemente e prejudicar a população atendida, apenas garantir que a população seja atendida de forma segura.

A interdição cautelar permanecerá enquanto perdurarem as irregularidades, cabendo aos responsáveis pela administração dos hospitais em questão manifestarem interesse nas adequações para desinterdição.

Assinado:

Equipe de Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde

SECRETÁRIA DA SAÚDE

20º Regional de Saúde – 20º RS

Rua: Rui Barbosa 1858, CEP 85905-060

Fone (45) 3379.6900 Fax (45) 3379.6938 e-mail: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Ofício Nº: 030/2022/SCVSAT/20ªRS

Toledo, 17 de março de 2022

Da: 20ª Regional de Saúde de Toledo/SCVSAT

Para: Município de São José das Palmeiras com vistas Dr. Herbert Correa Barros

Assunto: Resposta Ofício nº 035.2022

Prezado,

Em atendimento ao solicitado no Ofício nº 035.2022, encaminhamos cópia dos Autos de Infração nº 22.100.247, Termo de Interdição Cautelar nº 22.100.248, Autos de Infração nº 22.100.243 e 22.100.244, Autos de Infração nº 22.100.239 e 22.100.240 e Termo de Interdição Cautelar nº 22.100.241 que fazem parte do Processo Administrativo Sanitário nº 18.749.132-0 do Hospital São José das Palmeiras LTDA em andamento.

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente

Ana Laís F. H. O. Castro

SCVSAT/20ªRS

Assinado eletronicamente

Felipe H. Zanini

DVVGS/20ªRS

SECRETÁRIA DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde – 20ª RS

Rua: Rui Barbosa 1858, CEP 85905-060

Fone (45) 3379.6900 Fax (45) 3379.6938 e-mail: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



PARANÁ

AUTO DE INFRAÇÃO

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.247

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Nº

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

reunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária

Função

RG N.º

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro

Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)

14.978.866-2

Karine Pês

Enfermeiro(a)

14.130.389-9

Base legal:

Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 63, inciso I regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, art. 543, inciso I c/c da Resolução SESA 165/2016.

PELO FATO DE

Fazer funcionar hospital não respeitando os requisitos de boas práticas para o seu funcionamento conforme determina a Resolução SESA 165/2016.

Conforme roteiro e planilha de cálculo em anexo, o estabelecimento cumpriu apenas 36,57% dos itens IMPRESCINDÍVEIS (I) aplicáveis às atividades desenvolvidas no EAH.

Constatou-se que o estabelecimento acima identificado possui grande dificuldade em atender a legislação sanitária vigente. A porcentagem de atendimento de itens imprescindíveis relacionados às condições gerais (23,08%), condições de saneamento (42,86%), saúde ocupacional (0%), segurança do paciente (30%), controle de infecção hospitalar (14,81%), central de material esterilizado (44,44%), centro cirúrgico (48%), unidade de centro obstétrico (34,38%), nutrição-lactário (0%), nutrição-cozinha (33,33%) e farmácia (18,75%) é extremamente baixa, oferecendo risco em potencial relevante à saúde pública no exercício de sua atividade.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual nº 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro
Assinatura da Autoridade Sanitária

Estou ciente e recebi uma via deste Auto em

10/03/22

Data

Assinatura do Responsável Legal

Chefe SCVSAT/20ª Reg. Saúde

Karine Pês

Edna Apa Rigo
Médica
CRM-PR 32253

Edna Apa Rigo
Enfermeira
CRM-PR 488677

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



TERMO DE INTERDIÇÃO CAUTELAR

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.248

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Nº

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

reunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária

Função

RG N.º

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro

Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)

14.978.866-2

Karine Pês

Enfermeiro(a)

14.130.389-9

Base legal:

Lei Estadual n.º 13.331/2001, art. 59 c/c Auto de Infração n.º 22.100.247

ATRAVÉS DO QUAL FICA

Fica o estabelecimento acima identificado, INTERDITADO CAUTELARMENTE, por fazer funcionar hospital não respeitando os requisitos de boas práticas para o seu funcionamento conforme determina a Resolução SESA 165/1016. Conforme roteiro e planilha de cálculo em anexo, o estabelecimento cumpriu apenas 36,57% dos itens IMPRESCINDÍVEIS (I) aplicáveis às atividades desenvolvidas no EAH.

Constatou-se que o estabelecimento acima identificado possui grande dificuldade em atender a legislação sanitária vigente. A porcentagem de atendimento de itens imprescindíveis relacionados às condições gerais (23,08%), condições de saneamento (42,86%), saúde ocupacional (0%), segurança do paciente (30%), controle de infecção hospitalar (14,81%), central de material esterilizado (44,44%), centro cirúrgico (48%), unidade de centro obstétrico (34,38%), nutrição-lactário (0%), nutrição-cozinha (33,33%) e farmácia (18,75%) é extremamente baixa, oferecendo risco em potencial relevante à saúde pública no exercício de sua atividade.

Observação: A interdição cautelar entra em vigência a partir desta data, mas o estabelecimento possui o prazo de 72 horas para proceder com a remoção dos pacientes internados para outro serviço.

O infrator fica ciente de que não poderá fazer funcionar o estabelecimento interditado sem a autorização da autoridade sanitária e que a violação dos lares de interdição ou inobservância desta determinação sujeita-o a responder pelo crime de desobediência, inscrito no art. 330 do Código Penal.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual n.º 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Omo das castas
Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro
RG: 14.978.866-2
Assinatura da Autoridade Sanitária
Chefe SCVSAT 20RS

Estou ciente e recebi uma via deste Auto em

10/03/2022
Data

Assinatura do Responsável Legal

Karine Pês
Assinatura da Autoridade Sanitária

1ª Testemunha

Edna Apª Rigo
Enfermeira
2ª Testemunha

* responsável legal não presente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



PARANÁ

AUTO DE INFRAÇÃO

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.243

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Nº

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

reunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária

Função

RG N.º

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro

Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)

14.978.866-2

Valéria Cristina Fernandes

Farmacêutico(a)

6.533.594-8

Base legal:

Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 63, inciso XI regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, art. 543, inciso XI.

PELO FATO DE

Deixar disponível ao consumo produto sujeito a controle sanitário com o prazo de validade expirado, conforme listagem abaixo:

- 01 frasco de Riodeine (1 litro) sem informação de data de validade, fabricante: Rioquímica Ind. Farmacêutica;
- 01 frasco de Rioflex 2%, lote 1802683, data de fabricação: 05/2018, validade: 03 anos, fabricante Rioquímica Ind. Farmacêutica;
- 02 frascos de Hipoclorito de Sódio 1% (1 litro), data de fabricação: 09/2019, data de validade: 12 meses, fabricante: Ciclo Farma;
- 02 frascos de Hipoclorito de Sódio 1% (1 litro), data de fabricação: 05/2019, data de validade: 12 meses, fabricante: Ciclo Farma;
- 01 frasco de detergente enzimático (1 litro), data de fabricação: 02/2019, data de validade: 24 meses, fabricante: Ciclo Farma;
- 01 frasco de solução Ringer com Lactato, lote: 74NM4897, data de fabricação: 12/19, data de validade: 11/21, fabricante: Laboratório Fresenius Kabs
- 01 ampola Dipirona 50 mg/ml injetável, data de validade: 02/2022
- 01 escola descartável M-P Innovatec, lote: 14118277, data de validade: 11/2019

(Continua no Auto de Infração nº 2210244)

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual nº 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro
 RG: 14.978.866-2
 Assinatura da Autoridade Sanitária
 Chefe SCVSAT 20RS

Estou ciente e recebi uma via deste Auto em

10/03/22

Data

Assinatura do Responsável Legal

Valéria Cristina Fernandes
 RG: 6.533.594-8
 Assinatura da Autoridade Sanitária
 Farmacêutico(a)

Dr. Rodrigo N. Hamamoto
 Médico
 1ª Testemunha

Edna Aparecida
 Enfermeira
 RG: 85898000
 2ª Testemunha

*responsável legal não estava presente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



AUTO DE INFRAÇÃO

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.244

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

N.º

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

reunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária

Função

RG N.º

Ana Lais Freitas Huet de Oliveira Castro

Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)

14.978.866-2

Valéria Cristina Fernandes

Farmacêutico(a)

6.533.594-8

Base legal:

Lei Estadual n.º 13.331/2001, art. 63, inciso XI regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, art. 543, inciso XI.

PELO FATO DE

(Continuação do Auto de Infração n.º 22.100.243).

- 02 lancetas 28 G UNIQMED, lote: B1199, data de fabricação: 2015-07, data de validade: 2020-06, fabricante: Sterilance Medical;
- 01 sonda uretral, lote: 30453, data de fabricação: 05/15, data de validade: 36 meses, fabricante: Bioani;
- Fio de sutura Catgut Simples 1, lote: 0351117019, data de fabricação: 11/17, data de validade: 11/20;
- 21 agulhas descartáveis, lote: 12062017, data de fabricação: 12/06/2017, data de validade: 12/06/2020;
- 01 rolo de papel grau cirúrgico, lote: 180728-k=KMN-HR02, data de fabricação: 28/07/2018, data de validade: 02 anos;
- Mistura para bolo, da marca Dr. Oetker, data de validade: 03/2021;
- Mistura para pudim, da marca Dr. Oetker, data de validade: 14/02/2022;
- Maionese, da marca Hellmann's, data de validade: 16/02/2022;
- Vinagre de Fruta, da marca Castelo, data de validade: 15/04/2021;
- Pão, da Central Indústria de Pães, data de validade: 07/03/2022.

Observação:

* Os produtos para a saúde e alimentos foram inutilizados pelos responsáveis na presença da VISA.

* Os produtos químicos serão recolhidos pela empresa especializada e o comprovante deverá ser apresentado para a VISA.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual n.º 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45) 3379-6900, ou por e-mail, no seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Assinatura da Autoridade Sanitária

RG: 14.978.866-2

10/03/22

Estou ciente e recebi uma via deste Auto em

Data

Assinatura do Responsável Legal

Valéria Cristina Fernandes

Assinatura da Autoridade Sanitária

RG: 14.978.866-2

SCVSAT20RS

Dra. Tarcia N. Huet

1ª Testemunha

CRM-PR 32263

Edna Ap. Ribeiro

2ª Testemunha

Enfermeira

CRM-PR 485627

* responsável legal não estava presente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



AUTO DE INFRAÇÃO		Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00	N.º 22.100.239
Nome do Estabelecimento: HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA		CNPJ/CPF: 77.105.021/0001-04	
Razão Social: HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA			
Endereço: R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA			N.º 1147
Bairro: CENTRO	Município: SAO JOSE DAS PALMEIRAS	CEP: 85898000	
Telefone: (45) 2591-122	E-mail: reunidas@ar-net.com.br		
Responsável Legal: MIGUEL JURI RESTON JUNIOR		RG/CPF N.º 8026711898	
Responsável Técnico:		N.º órgão de classe:	RG/CPF N.º
Autoridade Sanitária	Função	RG N.º	
Adriano Banaki da Silva	Técnico(a) em Saúde do Trabalhador	7.562.398-4	
Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro	Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)	14.978.866-2	
Base legal: Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 63, inciso XLI regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.711/2002, art. 543, inciso XLI c/c subitens 13.3.1, 13.5.4.1 e 13.5.1.6 alínea a, b, d e e da NR nº 13 de 31/07/2019.			

PELO FATO DE

Fazer operar a autoclave da Central de Material Esterilizado, modelo AHMC-10, nº de série 216151439, data de fabricação 04/08/2015, fabricante Sercon, nº registro M.S. 10259750009, sem relatório de inspeção, sem prontuário fornecido pelo fabricante, sem certificados de calibração dos dispositivos de segurança e sem registro de segurança oferecendo risco à saúde do trabalhador.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual nº 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Assinatura da Autoridade Sanitária Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro Chefe SCVSAT/20ª Reg. Saúde		Estou ciente e recebi uma via deste Auto em 10/03/22 Data	Assinatura do Responsável Legal
Assinatura da Autoridade Sanitária Adriano Banaki da Silva Téc. Segurança do Trabalho RG: 7.562.398-4	1ª Testemunha Dra. Luciana N. Hammamoto Médica CRM: 32263-0-0-0	2ª Testemunha Edna Aparecida Rigo Enfermeira CRM: 448627	

* Responsável Legal
não assinou documento

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



PARANÁ



AUTO DE INFRAÇÃO

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.240

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Nº

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

raunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária	Função	RG N.º
Adriano Banaki da Silva	Técnico(a) em Saúde do Trabalhador	7.562.398-4
Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro	Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)	14.978.866-2

Base legal:

Lei Estadual n.º 13.331/2001, art. 63, inciso XLIV regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 5.711/2002, art. 543, inciso XLIV c/c subitens 13.5.4.1, 13.5.4.2, 13.3.1 da NR n.º 13 de 31/07/2019.

PELO FATO DE

Fazer operar a autoclave da Central de Material Esterilizado, modelo AHMC-10, n.º de série 216151439, data de fabricação 04/08/2015, fabricante Sercon, n.º registro M.S. 10259750009 sem a realização das inspeções de segurança, constituindo condição de risco grave e iminente, podendo causar acidente, transgredindo norma regulamentar destinada à proteção da saúde.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual n.º 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

 Assinatura da Autoridade Sanitária	Estou ciente e recebi uma via deste Auto em 10/03/22 Data	Assinatura do Responsável Legal
 Assinatura da Autoridade Sanitária Adriano Banaki da Silva Téc. Segurança do Trabalho N.º 7.562.398-4	 Assinatura do Responsável Legal Miguel Juri Reston Junior CRM-PR 342263	2ª Testemunha Edna Aparecida Rigo Assinatura CRM-PR 458627

* Responsável Legal não estava presente

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo



TERMO DE INTERDIÇÃO CAUTELAR

Data/Hora: 08/03/2022 15:00:00

N.º 22.100.241

Nome do Estabelecimento:

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

CNPJ/CPF:

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

R GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Nº

1147

Bairro:

CENTRO

Município:

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP:

85898000

Telefone:

(45) 2591-122

E-mail:

reunidas@ar-net.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JURI RESTON JUNIOR

RG/CPF N.º

8026711898

Responsável Técnico:

N.º órgão de classe:

RG/CPF N.º

Autoridade Sanitária

Função

RG N.º

Adriano Banaki da Silva

Técnico(a) em Saúde do Trabalhador

7.562.398-4

Ana Laís Freitas Huet de Oliveira Castro

Chefe SCVSAT 20RS - Médico(a) Veterinário(a)

14.978.866-2

Base legal:

Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 59 c/c Autos de Infração nº 22100239 e 22100240.

ATRAVÉS DO QUAL FICA

A autoclave da Central de Material Esterilizado do Hospital São José das Palmeiras, modelo AHMC-10, nº de série 216151439, data de fabricação 04/08/2015, fabricante Sercon, nº registro M.S. 10259750009, INTERDITADA CAUTELARMENTE em face da constatação das irregularidades sanitárias descritas nos Autos de Infração nº 22100239 e 22100240, consistente em manter a operação da autoclave sem prontuário de vaso pressão a ser fornecido pelo fabricante, registro de segurança, relatórios de inspeção, certificados de calibração dos dispositivos de segurança e sem ser submetida as inspeções de segurança.

O infrator fica ciente de que não poderá fazer funcionar a autoclave interditada sem autorização da autoridade sanitária e que a violação dos lacres de interdição ou inobservância desta determinação sujeita-o a responder pelo crime de desobediência, inscrito no art. 330 do Código Penal.

O infrator fica ciente de que responderá a Processo Administrativo Sanitário, ficando sujeito a uma ou mais penalidades entre as elencadas nos incisos do Art. 55, da Lei Estadual nº 13.330/01. Fica ciente também, nos termos do Art. 69 da mesma Lei Estadual, de que dispõe do prazo legal de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da ciência deste, para apresentar Defesa Administrativa junto ao Serviço de Vigilância Sanitária, na 20ª REGIONAL DE SAÚDE DE TOLEDO - Seção de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador (SCVSAT), Rua Rui Barbosa, 1858, Bairro Centro - Município Toledo - Paraná | CEP: 85900-040 - Telefone: (45)3379-6900, ou por e-mail ao seguinte endereço eletrônico: scvsat20rs@sesa.pr.gov.br

Estou ciente e recebi uma via deste Auto em

Assinatura da Autoridade Sanitária

Data

Assinatura do Responsável Legal

Chefe SCVSAT/20ª Reg. Saúde

Assinatura da Autoridade Sanitária

1ª Testemunha

2ª Testemunha

Adriano Banaki da Silva
Téc. Segurança do Trabalho
RG- 7.562.398-4

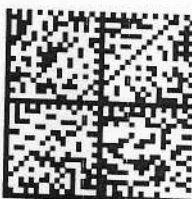
* Responsável legal não estava presente

Destinatário: Prefeitura de São José das Palmeiras A/C HERBERT CORREA BARROS
Rua Marechal Castelo Branco, 979
Centro
São José das Palmeiras
Paraná
85.898-000



EDEX

5098 / 2014 / DR-PR
DO ESTADUAL DE
CURITIBA
Correios



Pedido: 0

Peso (g): 1

OT609303963BR



Legível: *herbert*
Ento: *10 541 235* Rubrica: *herbert*

REGA NO VIZINHO

AUTORIZADA

Destinatário: PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DAS
PALMEIRAS
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 979
CENTRO
85-898-000 São José das Palmeiras/PR



AR

Obs: A/C HERBERT CORREA
BARROS

Destinatário: VIGESIMA REGIONAL DE SAÚDE
Rua Rui Barbosa, 1858

85-040 Toledo-PR



Remetente: 20ª Regional de Saúde de Toledo/SCVSAT
Rua Rui Barbosa, 1858
Centro
Toledo
Paraná
85.900-040



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.

CNPJ 77.105.021/0001-04
Cirurgias – Partos – Clínica Geral e Pediatria



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 77.105.021/0001-04, com sede na Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147- centro – São José das Palmeiras – PR, neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. MIGUEL JÚRI RESTON JUNIOR, brasileiro, casado, médico, portador da RG nº 8026711898 SSP/RS e CPF nº 524.864.430-53, residente e domiciliado na Av. José Bonifácio, 1530– centro – São José das Palmeiras-PR, vem na melhor forma de direito apresentar;

Em resposta a notificação extrajudicial realizada pelo MUNICIPIO DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS, pessoa jurídica de direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 77.819.605/0001-33, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, 979, centro – São José das Palmeiras, pelas razões a seguir expostas.

O MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS manifestou o interesse na rescisão do contrato de Prestação de Serviços nº 035/2021 - ref. a Inexigibilidade DE Licitação Nº 02/2021 - firmado entre as partes, cujo objeto é contratação de empresa especializada na área da saúde médica (hospital, clínica geral) com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico.

Informa da possibilidade de abertura de procedimento administrativo de rescisão contratual unilateral, em virtude da interdição cautelar realizada pela Vigilância Sanitária da 20ª de Saúde:

Fone: (45) 3259-1122 – Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 – centro
85898-000 – São José das Palmeiras - Paraná

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras - Estado do Paraná	
Protocolo Nº	335/2022
Data	11/04/2022
Funcionário	



HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA.

CNPJ 77.105.021/0001-04

Cirurgias – Partos – Clínica Geral e Pediatria

Sendo assim vimos informar que já encaminhamos nosso plano de ação conforme solicitado pela vigilância sanitária da 20ª de Saúde, e que breve teremos condições de voltar aos atendimentos médicos em nossas instalações.

Outrossim requeremos um novo prazo de no máximo 30 (trinta) dias para a regularização e reabertura do Hospital São José das Palmeiras, para que possamos continuar como o cumprimento do contrato de prestação de serviços firmado com o Município de São José das Palmeiras.

Ante os argumentos expendidos em linhas transatas, respeitosamente, pedimos que o presente seja recebido e processado sendo que aguardamos serenamente que as razões ora invocadas sejam analisadas.

Termos em que, pede e espera deferimento

São José das Palmeiras, 11 de Abril de 2022.

HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTD

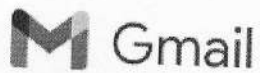
Miguel Júri Reston Junior – Sócio-Administrador

RG 8026711898 SSP/RS

Edna Aparecida Rigo – Enfermeira RT
Coren 488627

Edna Apª Rigo
Enfermeira
COREN-PR 488627
Edna Rigo

Fone: (45) 3259-1122 – Rua Governador Munhoz da Rocha, 1147 – centro
85898-000 – São José das Palmeiras - Paraná



Prefeitura Municipal <prefeiturasaojoseadm@gmail.com>

Requerimento hospital (arquivo correto)

1 mensagem

Prefeitura Municipal <prefeiturasaojoseadm@gmail.com>

Para: Barros Advogados Associados <contato@barrosadvogadosassociados.com.br>, juridico.sjpalmeiras@gmail.com, gessica_nfc@hotmail.com

12 de abril de 2022 11:33

Att

**Requerimento Hospital.pdf**

1392K

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 029/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º: 002/2021

ASSUNTO: Pedido de prorrogação de prazo para reabertura do Hospital São José das Palmeiras

I - Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo para rescisão contratual unilateral da licitação supracitada firmada com a empresa HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS LTDA., em decorrência da interdição cautelar realizada pelo Setor de Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde no dia 10 de março de 2022.

Oportunizado o contraditório, a empresa limitou-se a solicitar prazo para reabertura das atividades, sob o argumento de que “estaria providenciando as readequações solicitadas pela regional de saúde”.

Neste sentido, a fim de averiguar a responsabilidade da empresa contratada, fora expedido ofício para o Setor de Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde, para que este informa-se a administração municipal acerca dos motivos que ensejaram a interdição cautelar.

Assim, a vigilância encaminhou cópia dos autos de infração, os quais apontaram a **gravidade** da situação vivenciada pelo famigerado hospital.

Novamente, o hospital solicitou o prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a reabertura das atividades.

Pois bem. Retornam os autos para parecer jurídico.

II - FUNDAMENTAÇÃO:

Destaco novamente a gravidade do caso em tela, já que os motivos que ensejaram a interdição cautelar do Hospital, demonstram que **o serviço prestado aos munícipes esta aquém do estimado e previsto contratualmente.**

Inicialmente, é importante destacar que o Edital de Chamamento Público n.º 002/2021, no seu item 7.1., prevê que:

7.1. A Instituição Hospitalar contratada deverá garantir o acesso aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde do município mediante disponibilidade de estrutura física e pessoal, **obedecendo à legislação e normas vigentes.**



Portanto, dentre as obviedades contratuais e editalícias, esta a obediência de normas técnicas de assepsia, limpeza e estruturais, previstas e fiscalizadas pela vigilância sanitária.

Por outro lado, destaco que houve flagrante violação do objeto contratual, especialmente as obrigações previstas na Cláusula 8ª do contrato, já que os **atendimentos médicos encontram-se suspensos desde a interdição**.

Além disso, ao analisar atentamente o conteúdo da defesa administrativa apresentada, nota-se que o motivo do fechamento não pode ser socorrido por excludentes de responsabilidade, já que, obviamente, **a empresa deu causa aos motivos que ensejaram a interdição cautelar**.

Pois bem, passo a fundamentar.

A suspensão da execução do contrato promove pausa temporária no desenvolvimento da relação contratual que não configura inadimplemento contratual para nenhuma das partes envolvidas.

O art. 8º da Lei nº 8.666/93, assim estabelece:

Art. 8º A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Parágrafo único. É proibido o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica, justificados em despacho circunstanciado da autoridade a que se refere o art. 26 desta Lei.

Havendo suspensão de serviços, não haverá pagamento nesse período. Os pagamentos ocorrerão somente na retomada do contrato. Contudo, a suspensão não prejudica a retomada posterior do contrato, conforme art. 78, inc. XIV, da Lei nº 8.666/93.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato: XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Assim, a doutrina estabelece que a suspensão contratual pode se dar através de três formas: a) unilateralmente pela Administração, b) unilateralmente pelo contratado e c) consensualmente.

Passo a analisar cada uma das hipóteses.



A suspensão unilateral, realizada pela administração, deve, no mínimo, garantir que o serviço público não seja prejudicado, além disso, observa-se que no caso em tela a atividade é essencial, já que se trata do único hospital municipal.

Quanto a suspensão unilateral pelo contratado, observa-se que esta não poderia ser admitida, justamente pelos motivos já mencionados, a essencialidade do serviço para o município.

Quanto a suspensão consensual, este procurador não tem poderes para se manifestar quanto ao juízo de conveniência e oportunidade, pois tais questões encontram-se na esfera do poder discricionário do gestor.

Neste ponto, destaco que os contratos administrativos celebrados com a Administração Pública podem ter sua execução suspensa, desde que **motivada em juízo de conveniência e oportunidade, as quais não tenho condições de me manifestar.**

Diante dos fatos apontados, ao analisar atentamente os aspectos legais da licitação e do contrato, compreende-se que não existem elementos autorizadores da suspensão contratual, com exceção daquelas restritas ao juízo discricionário do gestor.

De tal modo, observa-se elementos caracterizadores da rescisão contratual.

Ao analisar atentamente a Cláusula Décima Sexta, alíneas d, i, o, do contrato licitatório, constata-se:

“São motivos de rescisão do Termo de Credenciamento, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

(...)

D – venha agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços;

(...)

E – quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao Termo de Credenciamento;

(...)

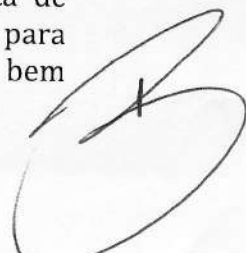
H – falta grave ao município;

(...)

I – abandono total ou parcial do serviço;

Pois bem. Considerando a condições da situação vivenciada, observa-se que a empresa contratada deu causa a violação de inúmeras penalidades contratuais, destacadas anteriormente.

Sopesando tais circunstâncias, ponderando acerca da gravidade da interrupção dos serviços hospitalares no município, considerando a ínfima carga probatória da defesa administrativa apresentada, a qual demonstra a falta de interesse em demonstrar as medidas que estão sendo efetivamente tomadas para adequação do serviço, e, a suspensão dos serviços sem motivo justificado, bem



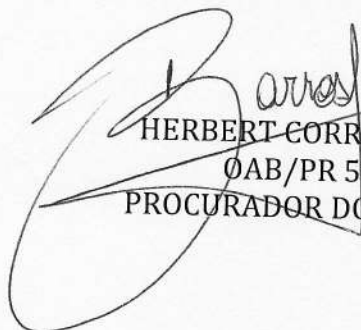
como os impactos ocasionados ao interesse público, esta procuradoria se manifesta pela aplicação das penalidades contratuais prescritas, especificamente a aplicação de multa de 10% e a suspensão temporária de participar de licitações, e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período de 2 (dois) anos.

III - CONCLUSÃO.

Diante dos fundamentos elencados, esta procuradoria opina:

- a) Desfavoravelmente ao pedido de suspensão do contrato licitatório;
- b) Aplicação de multa de 10% e a suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período de 2 (dois) anos;
- c) Notificação da Comissão de Licitação, Fiscal de Contratos e Controladoria Interna, e, posteriormente, da empresa contratada, para que se manifestem e tomem ciência.
- d) Por fim, seja encaminhado o presente procedimento ao Prefeito Municipal para Decisão Administrativa definitiva.

São José das Palmeiras, 12 de abril de 2022.


HERBERT CORREA BARROS
OAB/PR 51.127
PROCURADOR DO MUNICÍPIO



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



São José das Palmeiras, 19 de abril de 2022.

Ilmo senhor:

Venho respeitosamente informar-vos que fiscalizando o contrato nº 35/2021, verificou-se que o Hospital São José das Palmeiras encontra-se com interdição cautelar realizada pela vigilância sanitária da 20ª regional de Saúde.

De acordo com o Edital de chamamento 002/2021, item 7.1: A instituição hospitalar contratada deverá garantir o acesso aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde mediante disponibilidade de estrutura física e pessoal, obedecendo à legislação e normas vigentes.

Considerando que o município mantém contrato licitatório com a empresa e que devido à interdição cautelar, o contrato não está sendo cumprido, requer que as medidas cabíveis sejam aplicadas.

A credenciante no uso de suas prerrogativas deverá efetuar a rescisão de contrato, podendo aplicar as sanções previstas na Lei 8666/93.

Já contando com o vosso pronto atendimento, meus sinceros agradecimentos e protesto de elevada estima e consideração

Atenciosamente;

Isabela Apa Arboleya

ISABELA APARECIDA ARBOLEYA

Fiscal de contrato

Portaria 005/2022

Ilmo Senhor
Nelton Brum
Prefeito Municipal
São José das Palmeiras/PR

RECEBI-EM-20-04-2022
Nelton Brum



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



RELATORIO


CONTRATO Nº 035/2021


OBJETO: contratação de empresa especializada na área da saúde médica (hospital, clínica geral) com medicamentos e estabilização dos pacientes e serviços médicos com internamentos, medicação e serviços de apoio ao diagnóstico


COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. Foi constatado que a empresa **HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, sofreu INTERDIÇÃO CAUTELAR realizada pela Vigilância Sanitária da 20ª Regional de Saúde.
2. A empresa contratada foi devidamente notificada extrajudicial em 11 de março 2022, sendo que no dia 16 de março de 2022 a contratada solicitou prazo de 30 (trinta) para a regularização e reabertura do Hospital São José das Palmeiras Ltda.
3. Em 11 de abril de 2022 a contratada solicitou novo prazo de 30 (trinta) dias para regularização e reabertura do Hospital São José das Palmeiras Ltda.
4. Em 12 de Abril de 2022, o Procurador Jurídico do Município manifestou-se desfavoravelmente ao pedido de suspensão do contrato, bem como aplicação de multa e a suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar por 02 (dois) anos observa-se o descumprimento contratual.
5. As circunstâncias acima expostas são o bastante para caracterizar a hipótese de deficiência na execução do contrato.
6. Caberá ao Município de São José das Palmeiras/PR, efetuar a rescisão contratual.

São José das Palmeiras, 20 de abril de 2022.


ELIANE DOS SANTOS MOREIRA LOURENÇO
Presidente da Comissão de Licitação


GENRY BYHAIN ELIAS
Membro da Comissão de Licitação


CESAR AUGUSTO MATTER
Membro da Comissão de Licitação



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33




PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO


Parecer referente ao Processo Licitatório nº 029/2021

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de controle interno sobre o PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 029/2021, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2021, referente ao contrato Nº 35/2021, venho promovendo ações de orientações ao **CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, referente a interdição cautelar do Hospital São José das Palmeiras ocorrido em 10 de março de 2022, o qual tem contrato com o Município em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado, concluímos pelo devido processo legal, a **RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL** do referido contrato, levo ao conhecimento do Responsável pela Administração para as medidas que entender devidas.

Município de São José das Palmeiras, 20 de abril de 2022.


Marlene Kazik Sarmiento Bassi
Assessora de Controle Interno

Ilmo Senhor
NELTON BRUM
Prefeito Municipal
São José das Palmeiras-Pr.

RECEBI - em - 20-04-2022




Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



DESPACHO

Concerne o presente em procedimento Administrativo de rescisão contratual em desfavor da contratada Hospital São José das Palmeiras LTDA - credenciamento 02 – Processo de Inexigibilidade – 02/2021; Tendo em vista a interdição cautelar realizada pela vigilância sanitária da 20ª Regional de Saúde.

Após a notificação da Administração Pública o Hospital São José das Palmeiras LTDA apresentou resposta informando que já haviam iniciado os procedimentos para regularização das normas sanitárias determinadas pela 20ª Regional de Saúde para adequação e voltar aos atendimentos, requerendo prazo para a reabertura.

Em resposta, o Procurador Municipal optou em aguardar a resposta do ofício encaminhado a Regional de Saúde.

Após retorno do ofício constatou-se que o Hospital São José das Palmeiras LTDA estava interditado cautelarmente até readequação das irregularidades e que após nova vistoria poderia ser novamente aberto.

No dia 11 de abril de 2022 o Hospital São José das Palmeiras LTDA apresentou novo pedido requerendo mais prazo para finalizar a regularização.

Encaminhado o pedido ao Procurador Municipal este opinou por rescindir o contrato e aplicação de multa de 10% e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período de dois anos.

E não acolher o pedido de suspensão do contrato feito pelo Hospital São José das Palmeiras LTDA.



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



A comissão Permanente de Licitação opinou em não acolher o pedido do Procurador no sentido de aplicação de multa de 10% e suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período de dois anos; Entretanto apontou que as circunstâncias que se encontrava o Hospital São José das Palmeiras LTDA caracterizava para uma possível rescisão.

Diante de todo o exposto e com o termino do contrato no dia 17 de maio de 2022; Não há necessidade de ser aplicado rescisão contratual tendo em vista que o objeto da rescisão se desfez no tempo, haja vista que o contrato findou.

Com o termino do contrato não há que se falar em rescisão contratual. Fica também o Município desobrigado a arcar com qualquer pagamento do período em que o contrato ficou paralisado, isto por que o serviço não estava sendo prestado.

Salienta-se por fim a titulo de informação que conforme documentos anexos o Hospital São José das Palmeiras LTDA, esta apto ao funcionamento recebendo liberações da 20ª regional de Saúde.

São José das Palmeiras – PR 21 de junho de 2022.


NELTON BRUM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

20ª Regional de Saúde de Toledo

TERMO DE DESINTERDIÇÃO

Data/Hora: 15/06/2022 15:00:00

N.º 22.100.847

Nome do Estabelecimento

CNPJ/CPF

HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA

77.105.021/0001-04

Razão Social:

HOSPITAL SAO JOSE DAS PALMEIRAS LTDA

Endereço:

RUA GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA

Bairro:

CENTRO

Município

SAO JOSE DAS PALMEIRAS

CEP

85898000

Telefone:

(45) 2581-122

E-mail:

munidasgar-nal.com.br

Responsável Legal:

MIGUEL JUNI RESTON JUNIOR

Responsável Técnico:

N.º Orgão de classe

RG/CPF N.º

52486443053

RG/CPF N.º

14.130.389.9

Função

RG N.º

14.978.886.2

Enteamento(a)

14.130.389.9

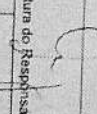
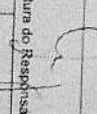
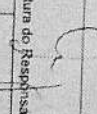
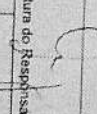
Base legal:

Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 59 do Termo de Interdição Casual nº 22.100.248

ATRÁVES DO QUAL FICA

O estabelecimento acima identificado DESINTERDIADO PARCIALMENTE, podendo fazer funcionar o Hospital com exceção do CENTRO CIRÚRGICO e CENTRO OBSTÉTRICO

O responsável legal deste documento, o Sr. Miguel Reston Junior, declara que o estabelecimento acima identificado DESINTERDIADO PARCIALMENTE, podendo fazer funcionar o Hospital com exceção do CENTRO CIRÚRGICO e CENTRO OBSTÉTRICO, conforme o art. 59 do Termo de Interdição Casual nº 22.100.248.

Assinatura do Responsável Legal	Assinatura da Autoridade Sanitária	1ª Testemunha	2ª Testemunha
			
Nome: Miguel Reston Junior	Nome: Autoridade Sanitária	Nome: 1ª Testemunha	Nome: 2ª Testemunha
CPF: 52486443053	CPF: 77.105.021/0001-04	CPF: 14.130.389.9	CPF: 14.978.886.2
Data: 15/06/2022	Data: 15/06/2022	Data: 15/06/2022	Data: 15/06/2022

7. AVALIAÇÃO DAS SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Declaro que as saídas de emergência se encontram de acordo o constante na NPT 011 - Saídas de Emergência

8. AVALIAÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO

Declaro que os extintores de incêndio foram instalados na edificação de acordo com a NPT 21 - Sistema de proteção por extintores de incêndio e encontram-se com prazo de validade e inspeção em dia

Agente extintor	Quantitativo / Capacidade extintora
Carga de pó ABC	4 / 2 A, 20 BC
Carga d'água pressurizada	2 / 20 BC
Carga de Dióxido de Carbono (CO2)	
Outros (especificar)	

9. AVALIAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Declaro que a sinalização de emergência foi instalada na edificação de acordo com a NPT 020 - Sinalização de emergência

Tipo de sinalização / Código da Placa	Quantitativo
Orientação / S1	2
Orientação / S2	1
Orientação / S3	2
Orientação / S12	2
Equipamentos de Incêndio / ES	6

10. AVALIAÇÃO DO CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO (se houver)

Declaro que os materiais de acabamento e revestimento utilizados atendem adequadamente ao disposto na NPT 010 - Controle de material de acabamento e revestimento

Finalidade do material	Classe dos materiais empregados
Pisos	Classe I
Paredes e divisórias	Classe I
Teto	Classe I

11. AVALIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Declaro que a iluminação de emergência foi adequadamente instalada na edificação de acordo com a NPT 018/2014 - Iluminação de Emergência

12. AVALIAÇÃO DO GLP

Declaro que o abrego de GLP - Atende ao disposto na NPT 26 - Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de gás liquefeito de petróleo (GLP), não havendo botões de GLP no interior da edificação

13. DECLARAÇÕES GÊNERICAS

- Declaro estar ciente de que o Corpo de Bombeiros pode, a qualquer tempo, verificar as informações e declarações prestadas, inclusive por meio de fiscalizações e de solicitação de documentos.
- Declaro estar ciente de que não devem ser alteradas as características da edificação e da ocupação apresentada.
- O registro de informações inverídicas pode acarretar ao usuário o crime de falsidade ideológica, tipificado no Artigo 299 do Código Penal, com previsão de pena de um a cinco anos de reclusão e multa, sem prejuízo das providências administrativas e cíveis cabíveis.

Responsável Técnico: Sabrina Gabriela De Campos

Nunes

Proprietário: Miguel Juri Reston Junior

Crea PR: 165.012/D

CPR: 624.864.430-53



ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS
4GR - SPCJP TOLEDO



CERTIFICADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS - CYCB

3.1.01.22.000139950-26

A Seção de Prevenção Contra Incêndio e a Divisão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná visitou a edificação estabelecimento extinto área de risco abaixo qualificada, e a edificação por estar em conformidade com a legislação de prevenção contra incêndio e a desastres em vigor.

MIRIAM E MAEDA

Nome Fantasia: HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CPF/CNPJ: 77.105.021/0001-04

Código da Atividade Econômica (CNAE):
86101-01 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E URGÊNCIAS
PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
Logradouro: R. GOV. MENHOZ DA ROCHA Número: 1147
Complemento: HOSPITAL Bairro: S. JOSÉ PALMEIRAS Município: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS/PR

PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES

Área Total: 597,52 m²
Área Visitada: 597,52 m²
Altura Total: 2,85 m
Altura Área Visitada: 6,68 m
Ocupação: H-3 - HOSPITAL E ASSEVELHADO
Capacidade de Público: 35 PESSOAS
Uso de GLP: CONFORME CENTRAL DE GLP PREVISTA EM PROJETO APROVADO
Medidas de prevenção e combate a incêndios e a desastres:
ACesso DE VIATURA NA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO
ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
SAÍDAS DE EMERGÊNCIA
EXTINTORES DE INCÊNDIO
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
Projeto Técnico: MIB-12022

OBSERVAÇÕES

Esta certificação, perde a validade, a qualquer tempo, caso ocorram alterações que impliquem em incompatibilidade com a legislação de prevenção e combate a incêndio e a desastres em vigor.
O Corpo de Bombeiros Militar poderá fiscalizar a edificação/estabelecimento/área de risco a qualquer tempo.



Documento oficial reconhecido pelo Sistema Público de
Autenticação de Assinaturas (SPT) da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais.
A autenticidade deve ser confirmada no endereço: www.spt.pr.gov.br ou no site: www.verificarassinatura.pr.gov.br

Número autenticidade: 07866628.5976316.27981c8e.d1586eb-1



ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS
4CB - SPCIP TOLEDO



CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - CCB

3.1.01.22.0001329950-26

A Seção de Prevenção Contra Incêndio e a Desastres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná licencia a edificação/estabelecimento/evento/obra de risco abaixo qualificada, por estar em conformidade com a legislação de prevenção contra incêndio e a desastres em vigor.

MIRAMI E MAEDA

Nome: Jamnato HOSPITAL SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CPF (CNP): 77.105.021/0001-04

Código da Atividade Econômica (CNAE):

86101-01 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

Logradouro: R. GOV. MUNHOZ DA ROCHA Número: 1147
Complemento: HOSPITAL, Bairro: S. JOSÉ DAS PALMEIRAS Município: SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR

PREVENÇÃO E CONTRA A INCÊNDIO E A DESASTRES

Área Total: 597,52 m²

Área Visorada: 597,52 m²

Altura Total: 2,85 m
Altura Área Visorada: 0,00 m

Ocupação: H-3 - HOSPITAL E ASSESSORADO

Capacidade de Público: 35 PESSOAS

Uso de GLP: CONFORME CENTRAL DE GLP PREVISTA EM PROJETO APROVADO

Medidas de prevenção e combate a incêndios e a desastres:

ACESSO DE VIATURA NA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO

ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

SALIDAS DE EMERGÊNCIA

EXTINTORES DE INCÊNDIO

SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Projeto Técnico NIB. 12022

OBSERVAÇÕES

Esta licença perde a validade a qualquer tempo, caso ocorram alterações que impliquem em incompatibilidade com a legislação de prevenção e combate a incêndio e a desastres em vigor.
O Corpo de Bombeiros Militar poderá fiscalizar a edificação/estabelecimento/obra de risco a qualquer tempo.

LICENÇA VALIDA ATÉ: 7 de Junho de 2023



A autenticação deve ser confirmada no endereço www.proviggo.pr.gov.br/atravésdoLinkVerificarAutenticidadeDocumento.

Número autenticidade: 07846a28-59f7631b-278f108e-31588e7b-1

Página 1 de 1



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS
MEMORIAL SIMPLIFICADO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIOS E A DESASTRES

Folha 01/02

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E/OU ÁREA DE RISCO

Logradouro Público:	Rua Governador Munhoz da Rocha	Nº:	1147	Complemento:	
Barrio:	Centro	Município:	São José das Palmeiras	UF:	PR
Proprietário responsável pelo uso:	Hospital São José das Palmeiras				
CNPJ/CNP:	77.105.021/0001-04				
Responsável Técnico:	Sabrina Gabriela De Campos Nunes				
Nº do registro:	168.012D				
Áreas (m²):	Existente:	597,52	A construir:	0	Fone: (45) 8823-0543
Altura (m):	2,85	Nº de pavimentos:	1	Ocupação do subsolo:	Total: 597,52
Uso, divisão e descrição da ocupação principal:	H-3, Hospitais, Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares				
Risco:	Leve	Carga de incêndio:	300 MJ/m²		

2. ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Estrutura Portante:	X	Concreto		Aço		Madeira		Outros	
Estrutura de sustentação da cobertura:		Concreto	X	Aço		Madeira	X	Outros	

3. MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Item	Observações
X	Controle de Materiais de Acabamento
X	Saídas de Emergência
X	Iluminação de Emergência
X	Sinalização de Emergência
X	Extintores
	Brigada de Incêndio
	Outros (especificar):

4. RISCOS ESPECÍFICOS

Item	Quantitativo
X	Armazenamento de líquidos inflamáveis/combustíveis
	Gás Liquefeito de Petróleo
	Armazenamento de produtos perigosos
	Fogos de artifício
	Vaso sob pressão (caldeira)
	Outros (especificar):

5. DIMENSIONAMENTO DE POPULAÇÃO E SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

Item	Quantitativo
Tipos de escada	0
População	35

• Demonstrando de cálculo (se necessário)

6. AVALIAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

- Declaro que a presente edificação se enquadra nos parâmetros da tabela 5 do CSCP e que atende as seguintes especificações:
- Possuir área total construída menor 1.500m² para risco leve e menor que 1.000m² para risco moderado ou elevado;
 - Possuir altura igual ou inferior a 9,0m quando de risco leve;
 - Possuir altura igual ou inferior a 6,0m quando de risco moderado ou elevado;
 - Não possuir subsolo com ocupação diferente de estacionamento;
 - Não comercializar ou armazenar volume superior a 250L (duzentos e cinquenta litros) de líquido inflamável ou combustível;
 - Não armazenar volume superior a 190kg (cento e noventa quilogramas) do GLP.